

# **COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA**

## **PROJETO DE LEI Nº 6.685, DE 2006**

Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para conceder preferência, no financiamento de equipamentos de telecomunicações, a produtos que utilizem “software aberto”.

**Autor:** Senado Federal

**Relator:** Deputado José Rocha

### **VOTO em separado do DEPUTADO Rogério Peninha Mendonça**

O Projeto de Lei nº 6.685, de 2006, de autoria do Senado Federal, determina que nos equipamentos de informática adquiridos com os recursos do FUST e destinados aos estabelecimentos de ensino, bibliotecas e instituições de assistência a pessoas carentes portadoras de necessidades especiais, seja utilizado software aberto. O projeto também indica que a licitação dos materiais deverá ocorrer na modalidade técnica e preço.

O texto foi distribuído para análise, quanto ao mérito, por esta Comissão de Ciência e Tecnologia, Comunicação e Informática, onde o nobre Relator, Deputado José Rocha, encaminhou parecer pela APROVAÇÃO da matéria.

Entretanto, optamos por elaborar este Voto em Separado, pois consideramos que o estabelecimento de uma norma legal que venha a privilegiar um tipo de software a ser adquirido com os recursos públicos do FUST vai de encontro a diversos princípios constitucionais, pois não garante

oportunidades iguais a todos os concorrentes, sem nenhum tipo de discriminação.

Além disso, reduz a competição nos certames públicos, afrontando o princípio da livre concorrência ao impedir a participação de empresas legalmente habilitadas, com soluções melhores e menos onerosas, mas que não incluam o software livre em seus equipamentos.

Assim, consideramos que é necessário instituir uma norma legal que permita que a Administração Pública tenha os instrumentos para escolher a solução que apresente a melhor relação custo/benefício, além de respeitar as disposições legais de licitações baseadas em técnica e preço.

Com relação ao acesso às linhas de financiamento e os fundos públicos de qualquer natureza, também consideramos que estes instrumentos devem atender, igualmente, qualquer tipo de solução no setor de software, sem nenhuma forma de discriminação em função do modelo de licenciamento ou comercialização.

Isso torna fundamental, portanto, que o marco legal que norteie as licitações para equipamentos de universalização de acesso à Internet com financiamento do FUST guarde observância ao princípio constitucional da isonomia, e também possibilite que seja selecionada a proposta mais vantajosa para a Administração.

Sendo assim, optamos por oferecer um texto Substitutivo, onde especificamos que a utilização de recursos públicos deve sempre considerar, além da utilidade em si do bem adquirido ou financiado, critérios e condições que garantam a preferência a produtos de comprovada vantagem técnica e econômico-financeira para a Administração Pública, nos processos licitatórios para aquisição dos equipamentos terminais de que tratam os incisos VI, XII e XIII constantes do caput do artigo 5º da Lei 9.998 de 17 de agosto de 2000.

É importante considerar que essa mudança é fundamental, pois seria temerário deixar que, a cada processo licitatório relativo a tais equipamentos terminais e de interface, diferentes administradores adotassem diferentes critérios para aquisição do mesmo tipo de bem, prática que poderia trazer grandes riscos de contestação aos processos licitatórios.

Ademais, não se trata aqui de criar nenhuma nova condição, mas da adoção de critérios já determinados em lei para as contratações de bens e serviços de informática e automação pela Administração Federal, constantes no Decreto nº 7.174/2010 e dos critérios de similaridade descritos no Decreto nº 96.036 de 12 de maio de 1998.

O Substitutivo anexo, portanto, visa também manter a coerência com a Constituição Federal, uma vez que a Carta Magna estabelece que a ordem econômica tem por fim assegurar a todos uma existência digna observado, entre outros, o princípio da livre concorrência insculpido no seu artigo 170.

Por fim, consideramos importante estabelecer que se observe o “conceito de neutralidade”, evitando as discussões sobre utilização de software livre revestidas com uma roupagem ideológica, que acaba por trazer desinformação ao invés de permitir a adoção de soluções adequadas por parte dos usuários de programas de computador.

Diante do exposto, votamos pela APROVAÇÃO do Projeto de Lei nº 6.685, de 2006, na forma do Substitutivo que ora apresentamos.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2012.

Deputado Rogério Peninha Mendonça

## COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA

### SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 6.685, DE 2006

Acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para conceder preferência, no financiamento de equipamentos de telecomunicações, a produtos que apresentem comprovada vantagem técnica e econômico-financeira para a administração pública.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta os §§ 4º e 5º ao art. 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, que institui o Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações, para conceder preferência, no financiamento de equipamentos de telecomunicações, a produtos que apresentem comprovada vantagem técnica e econômico-financeira para a administração pública.

Art. 2º O artigo 5º da Lei nº 9.998, de 17 de agosto de 2000, passa a vigorar acrescido dos seguintes parágrafos 4º e 5º:

“Art.5º.....

§ 4º A aquisição ou o financiamento, com recursos do Fust, dos equipamentos terminais e de interface a que se referem os incisos VI, XII e XIII do caput deste artigo dará preferência a produtos que utilizem

*programas de computador de comprovada vantagem técnica e econômico-financeira para a administração pública, devendo o processo licitatório definir critérios que estabeleçam a adequada ponderação entre as ofertas de técnica e de preço desses equipamentos.*

*§ 5º Os critérios de que trata o parágrafo anterior devem considerar ao menos as seguintes condições entre os equipamentos:*

*a) ser funcionalmente equivalentes, apresentando as mesmas características de desempenho considerando o tipo de aplicação a que se destinam e produzindo essencialmente o mesmo efeito;*

*b) operar em ambiente de processamento similar;*

*c) executar, substancialmente, as mesmas funções, considerando o tipo de aplicação a que se destina e apresentar saídas equivalentes para um determinado conjunto de dados de entrada;*

*d) possuir parâmetros relevantes e numericamente mensuráveis equivalentes, aí compreendidos os requisitos de memória, de tempo de processamento e capacidade de transação entre usuários e sistemas.”*

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, em                      de                      de 2012.

Deputado Rogério Peninha Mendonça